



A POLÊMICA ESTÁ ABERTA: ESTADOS TÊM CONDIÇÕES DE ABSORVER AS UNIVERSIDADES FEDERAIS? PÁGINA 5

CIDADE • SHOW • TV
DIA • A • DIA

OS MORADORES DA MARAMBAIA QUEREM QUE O POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO FUNCIONE DURANTE 24 HORAS. PÁGINA 2



O LIBERAL

BELÉM, DOMINGO, 12 DE DEZEMBRO DE 1993

As florestas acabam. E agora?

ANTÔNIO SILVA

MANUEL DUTRA

Qual o futuro dos municípios do sudeste paraense, vários deles recém-criados, cuja economia se baseia na extração e industrialização primária da madeira? Rondon do Pará pode servir de exemplo num exercício de futurologia não muito difícil. Situado a 600 quilômetros de Belém, na margem da PA-70, distante 86 quilômetros de Dom Eliseu, na Belém-Brasília, Rondon, com 52 mil habitantes, apresenta hoje alguns indicadores emblemáticos: o presidente do Sindicato dos Madeireiros, Odeb Moreira, desativou sua serraria e planeja mudar-se para Santarém ou outro lugar "onde tenha madeira para se trabalhar; aqui já está acabando".

Outro sintoma da agonia de Rondon é a decisão do prefeito Moisés Soares de Oliveira, mineiro, ligado à indústria madeireira, de aplicar recursos municipais na abertura de ramais dentro do território maranhense, na zona rural de Imperatriz, como forma de atrair colonos para o mercado local. Para completar, todas as semanas o prefeito paraense paga seis caminhões para transportar agricultores maranhenses para Rondon, onde vendem seus produtos, abastecem na praça local e retornam ao interior do Maranhão.

Com uma pecuária incipiente, de pouco peso na economia regional, plantio pontual de pimenta, mas poucos roçados de feijão, arroz e milho, Rondon tem muito a fazer para sobreviver ao fim dos mananciais madeireiros que já chegam à exaustão. Talvez por representar uma gota na geografia econômica do Pará, o município não foi contemplado com o esperado asfaltamento da PA-70, coisa que os pioneiros da região aguardam desde que o homem pisou na Lua, há duas décadas e



A estrada PA-70, inacabada e poeirenta, serve para escoamento da madeira extraída em Rondon do Pará

meia. A estrada foi inaugurada no dia em que o mundo olhava os primeiros passos humanos fora do globo terrestre.

Carvão

Segundo dados da Associação Comercial local, referentes ao ano passado e confirmados pelo prefeito, a receita municipal sobrevive com 74% dos impostos originados pela indústria da madeira, o que justifica a preocupação com a escassez das florestas e a busca de alternativas que incluem investimentos no Estado vizinho. Entre essas preocupações está o recente problema da interdição dos fornos de produção de carvão, que Rondon exporta para Marabá, para a fábrica de ferro-gusa da Cosipar, e para a Gusa Nordeste e a Viena,

de Açailândia, no Maranhão.

Nos primeiros anos de exploração, as serrarias davam pouca importância ao carvão, mas hoje há empresas cujas folhas de pagamento dependem desse produto. Algumas delas têm em torno de 30% do faturamento proveniente do carvão, e a média das 29 serrarias do município é de 20%. Quase isolado entre a Belém-Brasília e a PA-150, Rondon olha na direção de Marabá, a 130 quilômetros de distância, e a região sob influência de Imperatriz. A sede municipal fica a oito quilômetros da linha que separa o Pará do Maranhão.

No Estado vizinho está em projeto a abertura da chamada rodovia do arroz, que correrá quase

paralela à paraense PA-150, o que deixa o prefeito Moisés Oliveira apreensivo, com receio de ver seu município perder ainda mais importância, entre pólos onde a economia já não depende tão fortemente da exploração das florestas naturais. Situação idêntica à dos municípios de Bom Jesus do Tocantins, parte das zonas rurais de Dom Eliseu e Marabá, áreas dependentes dos 240 quilômetros não pavimentados da PA-70. Nos últimos dias a estrada ficou tráfegável, depois de alguns reparos determinados pela Secretaria Estadual de Transportes. Mas a pavimentação "está prevista para 94", devendo obter recursos do orçamento do ano que vem, segundo a promessa do governador Jader



O prefeito Moisés de Oliveira abriu vicinias para atrair maranhenses Barbalho ao prefeito de Rondon do Pará.

Promessa

Uma frase de Jader, pronunciada na campanha passada, é bastante lembrada pelos moradores de Rondon: "Foi Deus que permitiu que eu fosse governador para asfaltarmos a PA-70". Fazendo um trocadilho impubescível, as pessoas descrevem na coincidência.

O que acontece com o município de Rondon do Pará contradiz, com todas as letras, os defensores do prosseguimento, da maneira como é executada, de uma atividade econômica cuja base está na simples extração de madeira. E desmente os que, interessadamente,

afirmam que os recursos naturais da Amazônia são eternos.

Em Paragominas, a área devastada pela indústria madeireira já está na casa dos 6 mil quilômetros quadrados. Neste município, as serrarias já estão estocando toras que mais parecem varas verdes, tão finas são. Assim como o presidente do sindicato dos empresários de Rondon, muitos outros extratores de árvores já arrumam a bagagem para ir mais longe, onde a floresta "inesgotável" os espera, com suas motosserras, seus tratores e suas carretas que não param nem de dia nem de noite. É a Amazônia perdendo suas riquezas naturais em troca de uma massa sempre mais numerosa de miseráveis de todo o Brasil.

Queda de lucro ameaça desempregar 500

A interdição dos fornos de produção de carvão de Rondon do Pará, ordenada na semana passada pela juíza Rosana Canelle, é mais um fator de complicação para o município, com sua economia fundada em bases nada sólidas. Ao mesmo tempo em que a decisão judicial preserva a saúde pública, retira parte dos lucros dos donos das serrarias e o sustento de quase 500 carvoeiros, bóias-frias sem carteira de trabalho assinada.

É uma situação contraditória, de pessoas que tentam sobreviver de uma atividade que pode levá-las a graves doenças e à morte, conforme mostrado na reportagem "Guerra à poluição em Rondon", publicada na sexta-feira em O Liberal. Se, por um lado, os madeireiros podem ser acusados de imediatistas do lucro rápido e fácil, sem compromissos com a sociedade e a economia paraense, por outro, o poder público se manteve omissivo e conivente durante tanto tempo, sendo, em consequência, co-responsável pela atual situação.

Os gases da morte

Entre os documentos em que se baseou a juíza Rosana Lúcia Canella para conceder a liminar interditando os fornos das serrarias estão um parecer técnico da Sectam e um laudo sobre os gases tóxicos emitidos com a fumaça de madeira. Funcionando a 400 graus centígrados, os fornos liberam, numa primeira etapa, o dióxido e o monóxido de carbono, vapor d'água e partículas. Na segunda etapa da queima, vão para a atmosfera o ácido acético, a acetona e o ácido carboxílico. Na terceira fase da combustão, desprende-se o perigosíssimo alcatrão, o cumeno e os cresóis. Na quarta fase, produz-se o carvão.

O laudo dos técnicos da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente acrescenta que, cada um a seu tempo e a seu modo, esses gases provocam irritação na mucosa do nariz, asfixiamento e toxidez, diminuem a capacidade do sangue de transportar o oxigênio e reduzem a acuidade visual da pessoa ex-

posta. Alguns deles, de tão venenosos, são capazes de gerar lesões irreversíveis. Um dos destaques é para o alcatrão: trata-se de um composto altamente cancerígeno que, em contato permanente, pode gerar lesões profundas e a morte.

Com tantos perigos, em Rondon do Pará não só os donos das serrarias reclamam da paralisação dos fornos. Na quinta-feira um grupo de sete carvoeiros tentava organizar-se para ir ao fórum pedir à juíza, que estava ausente, para liberar a fabricação de carvão. Os carvoeiros da cidade ganham, em média, CR\$ 20 mil por mês. Trata-se de um problema sanitário e social. Na quarta-feira, o presidente do Sindicato dos Madeireiros, Odeb Moreira, indagava: "Não são os costumes que fazem as leis? Como é que vão resolver isso agora?". Ele lança a culpa no poder público que "antes não tomou providências e agora quer resolver tudo de uma vez, depois da situação criada".



Os fornos de carvão, agora interditados, lançavam na atmosfera gases perigosos à saúde.